

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

BELMONT (Nicole). — *Mythes et croyances dans l'ancienne France*. Flammarion. Paris, 1973, 186 págs., vol. 35 da coleção "Questions d'histoire" dirigida por Marc Ferro.

Talvez não exagerássemos, se dissessemos que a importância maior do livro de Nicole Belmont fosse a de ter sido publicado em uma coleção dedicada unicamente às "questões de história". O significado desta atitude, que poucos compreenderiam há algumas décadas, parece porem escapar à própria autora.

Dividindo seu trabalho em três partes — *Os mitos e as crenças; As teorias e os problemas; Os textos* — e dedicando um capítulo aos problemas das relações de dependência ou não do *folklore* diante da história, teria ela uma excelente oportunidade para percorrer o caminho inverso e analisar as tendências culturais que, cada vez mais, levam o estudo da história — basicamente uma ciência do concreto — a se interessar pelo irracional, pelo mágico, pelo mito.

A partir da busca romântica do substrato das nacionalidades, a descoberta de culturas e religiões primitivas e o interesse pela linguística comparada fizem com que aflorasse para a ciência todo um conjunto de visões de mundo bastante distanciadas dos pressupostos racionais, kantianos, tidos como alicerces das formas do pensamento ocidental. A apreensão mítica ou "complexa" da realidade, segundo a expressão sugerida por C. Preuss, em 1912, para distinguí-la de uma visão analítica-abstrata do mundo, passou então a ser exaustivamente trabalhada pela antropologia (a obra de G. J. Frazer é um clássico a respeito) e pela filosofia.

Por volta de 1940, as preocupações de Ernst Cassirer com uma "filosofia das formas simbólicas" levaram-no a considerar que "em todas as ações humanas e em todas as formas de cultura humana encontramos uma "unidade na diversidade". A arte nos fornece uma unidade da intuição; a ciência uma unidade do pensamento; a religião e o mito uma unidade do sentimento. A arte abre o universo da "forma vivente", a ciência nos mostra um universo de leis e princípios, a religião e o mito iniciam a percepção da universalidade e da identidade estrutural da vida" (*Von Mythus des Staates*, Artemis, Zurique, 1949, p. 53).

Assim, gradativamente, as expressões do irracional penetravam na esfera de cogitações dos intelectuais, não simplesmente como elementos exóticos ou que devessem ser considerados por si mesmos, mas como representações de

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas obras para a competente resenha bibliográfica. (Nota da Redação).

uma realidade dada (e em sua essência confundindo-se com esta própria realidade numa unidade contínua).

Essa incorporação de uma outra dimensão dos fatos à ciência não correspondia, entretanto, como sucede hoje em grande parte, a uma supervalorização do irracional, a um recuo do racionalismo, ambos derivados de uma reavaliação dos valores da cultura ocidental, dos movimentos de contracultura. De maneira geral, na análise do professor William Irwin Thompson, autor do ensaio *At the Edge of History*, isto indicaria o fim da idade moderna e um retorno à Idade Média.

Independentemente de seu significado, constatamos manifestações dessa ordem em todos os níveis. Em seus controvertidos trabalhos (*The teachings of Don Juan: a Yaqui way of thinking; A Separate Reality; Journey to Ixtlan*) o antropólogo Carlos Castaneda afirma que “a dificuldade é aprender a perceber com todo o corpo e não somente com os olhos e a razão”. (Cf. *Time*, 5-3-73). Para o historiador Theodore Roszak (*The Making of Counterculture* e *Where the Wasteland Ends*) “a alegada objetividade da ciência e seus decorrentes males têm desvirtuado a experiência pessoal do homem e retirado de sua vida todo o mistério e sacralidade. A seu ver, a razão é um limitado atributo humano, somente um entre muitos. Insistindo em que há também um conhecimento e poder espirituais, Roszak acrescenta que há toda uma faixa de experiência excluída de nossa experiência em nome do que chamamos conhecimento” (cf. *Time*, 23-4-73).

Em nível menos teórico, principalmente nos Estados Unidos e Europa, os cursos em universidades e as publicações em número crescente — citem-se os trabalhos de Jeffrey Burton Russel, *Witchcraft in the Middle Ages* (Cornell University Press, 1972) e o de H. C. Erik Midelfort, *Witch hunting in southwestern Germany 1562-1684* (Stanford University Press, 1972) — demonstram uma inclinação a situar, no campo da pesquisa histórica, os aspectos do folklore, superstições, mitos, bruxarias, etc., como subsídios indispensáveis a uma apreciação mais abrangente das formas de mentalidade e cultura. Tais elementos manifestamente iracionais complementariam um quadro histórico de racionalizações econômicas, sociais, etc., pois, da mesma forma que estes, também estão sujeitos a variações de acordo com a época.

Toda esta nova visão, cremos, justificaria, consciente ou inconscientemente (o que talvez fosse até mais interessante), a inclusão de um trabalho sobre mitos e crenças na coleção de Marc Ferro.

O estudo de Nicole Belmont, embora não apresentando um substrato conceitual rígido, mas utilizando as expressões “mito” e “crença” numa conotação bastante ampla, pretende focalizar as manifestações de uma cultura popular de origem francesa.

Diante disso, poderíamos questionar se o mito, formando segundo Cassirer uma “unidade de sentimentos”, poderia ser tratado em termos de nacionalidade ou somente num plano junguiano de “inconsciente coletivo”.

A rigor, a própria autora discute a existência de uma mitologia francesa. Criticando a posição de H. Danteville — arquiteto de uma mitologia francesa centrada no herói mítico Gargantua — diz que “para se voltar à questão de saber se existe uma mitologia francesa, é sem dúvida na religião que se deve ir procura-la. Mas seria um abuso de linguagem conceder-lhe o nome de mitologia. O sistema folclórico francês não teve de fato necessidade de se constituir em uma verdadeira mitologia, pois se formou e se desenvolveu apoiando-se no mito cristão”. (P. 10). A religião cristã, por sua vez, teria dado margem ao aparecimento de dois tipos de “folclorização”: um da religião absorvendo e modificando as funções de uma crença, por exemplo, e, por outro lado, favorecendo o aparecimento de novos tipos de crenças e práticas derivadas dos seus próprios ritos.

Assim sendo, o livro se apresenta mais como um breve inventário de crenças, lendas e contos originados ou divulgados na França, mormente durante o período medieval, do que propriamente como um estudo de mitos.

Iniciando com uma análise de contos, adverte a autora que, no todo, seus temas e motivos são internacionais; via de regra, apenas os aspectos formais, a “redação”, o estilo, a adaptação de um motivo às características físicas e culturais de uma região é obra da nacionalidade. De fato, somente dois contos dos quatro analisados são apresentados como sendo de origem francesa.

Mais ligadas a um aspecto mítico — inclusive à figura de Gargantua — situam-se as crenças e lendas derivadas da topografia, não raro explicativas de sua gênese e de suas características, e cujos atributos simbólicos são bem explorados por Nicole Belmont.

A parte mais interessante de seu trabalho, porém, diz respeito às crenças da vida humana e àquelas subordinadas ao calendário. Tratam-se aqui não mais somente de narrativas ou lendas, mas de ritos e ações que envolvem toda a vida da comunidade. A autora penetra no significado do círculo mágico que envolvia uma pessoa desde o nascimento até a morte, com seus vários “ritos de passagem”, segundo a teorização de Van Gennep, autor que serve de base à toda esta parte do estudo. No âmbito da história medieval principalmente, é de grande utilidade a demonstração do papel “subversivo” assumido pelas associações da juventude no quadro social urbano.

Da mesma forma que o ciclo da vida, os ciclos do ano também se revestem de implicações mágicas, manifestas desde o Carnaval até o ciclo de Natal — o qual se ligaria na França a uma natureza agrária — merecendo cada um, portanto, especial atenção.

A segunda parte do livro consiste numa exposição de pontos de vista teóricos de autores antigos e contemporâneos diante de problemas como os das relações entre folklore e história, de transmissão popular, de literatura popular e de teorização das crenças.

Por fim, Nicole Belmont acrescenta alguns textos diretamente entrosados com o conteúdo dos capítulos, bem como uma bibliografia.

TEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ

* * *

*

BRAUNSTEIN (Philippe) e DELORT (Robert), *Venise, portrait historique d'une cité*. Editions du Seuil. Paris, 1971. 253 págs., com ilustrações.

Se deixarmos de lado o conteúdo paradoxal do título escolhido para o manual dos professores Delort e Braunstein, respectivamente da Universidade de Paris VIII (Vincennes) e da Escola Prática de Altos Estudos, podemos encara-lo positivamente. De fato, a expressão *portrait*, correspondendo a algo estático, opõe-se ao caráter dinâmico, processual do *historique*.

A multiplicidade e diversificação da cultura veneziana, tal como se nos apresenta em documentos e obras de arte, aliada à atmosfera quase mítica que parece ter desde cedo envolvido aquele centro, dificilmente poderiam estar contidas em um enquadramento rígido. Tal fato torna-se de fácil verificação no caso. Tomemos, como exemplo, duas análises de um mesmo momento. A primeira, num texto de Petrarca, da segunda metade do século XIV, onde lemos:

“A sublime cidade de Veneza é hoje a única morada da liberdade, do direito e da paz, o único refúgio da boa vontade e o único porto para todos os que, acossados pela tirania, procuram levar uma vida tranquila” (*Senilium rerum libri*, IV, 3).

Em seguida, com base em fontes totalmente diversas, ao analisarem as instituições políticas venezianas no século XIV, Braunstein e Delort demonstram que,

“entretanto, ninguém em Veneza ignorava que o Conselho dos 10 havia nascido de uma reação conservadora — *conservatorum nostre terre et dominii* —, para prevenir a reincidência dos violentos acontecimentos de 1310 e 1355 (...). A maior parte da população veneziana suportou em silêncio o soberano poder inquisitorial e o clima de suspeita simbolizados, no palácio ducal, pela boca do leão que recebia acusações anônimas.